

EM FOCO: O *JORNAL DA GLOBO*

IN FOCUS: THE *JORNAL DA GLOBO*

Marilúcia dos Santos Domingos Striquer

Universidade Estadual do Norte do Paraná

marilucia@uenp.edu.br

João Ricardo Rodrigues

Universidade Estadual do Norte do Paraná

joao.r@outllok.com

#### RESUMO

Neste artigo propomo-nos a investigar se o *Jornal da Globo* pode ser considerado um telejornal, levando em conta os princípios da neutralidade e fidedignidade aos fatos noticiados. Para efeito, pautamo-nos nas definições de gênero do discurso propostas por Bakhtin (2003), nos preceitos de seus estudiosos e nos especialistas sobre o gênero textual notícia, e analisamos trechos de diferentes edições do telejornal, nos atendo sobre as marcações linguísticas que demonstram como, especificamente, a notícia se configura. Os resultados demonstraram uma desconfiguração do gênero notícia, devido à quebra do princípio da função sócio-comunicativa do gênero de ser um puro relato dos fatos de forma imparcial e fiel.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero textual, *Jornal da Globo*, notícia.

#### ABSTRACT

In this article my goal is investigate if the *Jornal da Globo* can be considered as a new report considering the fidelity to the reported facts. To this end we consider the definitions of speech gender proposed by Bakhtin (2003), in the ideas of its scholars and specialistis and we analyze fragments of different editions of the news report, relyng on the linguistic markings that show speciafily howthe news configurate. The results show a desconffiguration of news genre due to the break the principle brear oof the socio-communicative function of the genre being a pure report of facts in a impartial and faithful manner.

KEYWORDS: Textual genre, *Jornal da Globo*, news.

## Introdução

Em 2015, o *Jornal da Globo* assumiu um novo formato, com um tom mais descontraído de apresentação, o que nos levou ao questionamento: no novo formato, o referido telejornal pode ser considerado um noticiário? Isto é, um veículo midiático que prioriza o gênero notícia em sua essência? A premissa é a de que um noticiário, no caso, o televisivo, é formado pelos gêneros discursivos/textuais: notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, previsão do tempo, informes sobre utilidades públicas, entre outros. Contudo, a notícia e a reportagem são a matéria-prima de um noticiário.

Segundo o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (1996), é a imparcialidade na narrativa dos fatos o princípio fundador de um texto noticioso: de uma notícia e de uma reportagem. Logo, a função sociocomunicativa do telejornal é a de relatar os acontecimentos que interessam a sociedade de uma forma geral de forma imparcial e objetiva, não expondo opiniões do apresentador e do veículo de divulgação, uma vez que o leitor é quem deve, frente aos acontecimentos, elaborar suas próprias conclusões, seus juízos de valor. Portanto, ao redigir ou proferir uma notícia é vetado ao autor, produtor do texto escrito e/ou locutor, o emprego de opiniões e julgamentos pessoais. Cabe aos gêneros discursivos/textuais, por exemplo, ao editorial, ao artigo de opinião, a carta aberta, a charge, ao cartum a serem formados por relatos de fatos e exposição de pontos de vistas de seus autores.

De acordo com o *Manual da Folha*, essencialmente os textos de opinião (o editorial, o artigo de opinião, etc.) são

Textos especiais assinados, em que se permitirá ao autor manifestar seus pontos de vista, e matérias interpretativas, em que o jornalista deverá registrar versões diferentes de um mesmo fato ou conduzir a notícia segundo linhas de raciocínio definidas com base em dados fornecidos por fontes de informação não necessariamente expressas no texto (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1996, p. 17).

Já a notícia, bem como a reportagem, conforme Costa (2008), em seu *Dicionário de gêneros textuais* se estabelece da seguinte forma: “calcado num compromisso ético, a notícia visa informar os leitores o mais neutramente possível e com grande fidedignidade” (p. 142-143). Dessa forma, nosso objetivo, neste artigo, é investigar se o telejornal *Jornal da Globo* pode ser considerado, após a sua reformulação de 2015, um noticiário dentro dos princípios da neu-

tralidade e da fidedignidade aos fatos noticiados. E para alcançar esse objetivo, buscamos definir como a notícia é tratada por esse telejornal.

O arcabouço teórico-metodológico que sustenta a pesquisa se faz a partir das definições de gêneros discursivos realizadas por Bakhtin (2003) e de seus estudiosos, e do que é o gênero textual notícia segundo especialista no referido gênero. Portanto, para investigar a abordagem empregada pelo *Jornal da Globo* ao gênero notícia, se fez necessário, primeiramente, compreender o que são os gêneros; o que é, de forma específica, o gênero discursivo/textual notícia; e só então focar nas análises sobre se qual o tratamento que o telejornal confere ao respectivo gênero. Análises realizadas tendo como *corpus* trechos gravados em áudio e vídeo (coletados por meio de um programa gerenciador de download, o *Internet Download Manager*, diretamente do sitio do *Jornal da Globo*, hospedado no portal *globo.com*) de diferentes edições do telejornal, colhidos semanalmente, em diferentes dias da semana, de forma aleatória.

## 1. Fundamentação teórica

Marcuschi (2005) defende, norteado pelos princípios bakhtinianos sobre gêneros do discurso, que os gêneros são fenômenos históricos profundamente vinculados à vida social das pessoas. No mesmo sentido, Cavalcante (2013) explica que em qualquer sociedade há uma variedade considerável de motivos que fazem os indivíduos interagirem uns com os outros, seja para informar, persuadir, comercializar, protestar, etc, práticas realizadas a partir da criação e do uso de gêneros do discurso/textuais. Os gêneros são, portanto, textos que representam, materializam as ações realizadas pelos indivíduos na sociedade. Assim, um bilhete, uma carta, uma receita de um bolo, uma saudação, uma despedida, uma notícia, são gêneros. E, a afirmativa de Bakhtin (2003) é a de que é infinita a diversidade de gêneros existentes em uma sociedade, uma vez que são infinitas as possibilidades de atividades humanas que se realizam dentro de campos ou esferas sociais.

É por essa configuração que Bakhtin (2003) afirma que os gêneros não se definem apenas pelos aspectos formais que os estruturam, o ponto mais relevante que constitui cada um dos gêneros existentes são os fenômenos sociais e funcionais. Isso não quer dizer que se possa desprezar a estrutura formal ao se produzir e interpretar um gênero, em alguns casos é a forma que determina o gênero, mas é a função, ao que ele se presta e o que ele representa na vida social, sobretudo, o que caracteriza os gêneros. Por exemplo, se o que um indivíduo pretende é se candidatar a uma vaga de emprego em uma empresa,

precisa produzir um curriculum, isto é, um gênero que atenda a essa necessidade, intenção comunicativa; se o que o indivíduo precisa é instruir alguém a montar um móvel, deve produzir um manual de instruções; se quer contar uma história para divertir, entreter, produz uma piada, etc. Assim, todo gênero está inserido em uma situação comunicativa e representa uma prática social específica.

Bakhtin (2003) define também que todo gênero é formado por três elementos, os quais têm o mesmo valor e estão entrelaçados ao todo do enunciado: o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo.

O tema ou conteúdo temático é “aquilo que é ou torna-se dizível por meio do gênero” (BRASIL, 1998, p. 21). Por exemplo, os temas que podem ser tratados em uma notícia são acontecimentos do cotidiano que apresentam interesse público. Um fato só será tratado em uma notícia se for de interesse de uma sociedade ou de uma parcela dela. A construção composicional é a “estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero” (p. 21); no mesmo sentido, no gênero em questão se estrutura por uma regularidade em seu plano geral: tem um título, chamado de manchete, que é pensado de modo a instigar o leitor a ler a notícia, ou seja, o texto propriamente dito, segundo elemento apresentado no plano geral. O terceiro elemento, definido por Bakhtin (2003) como estilo, é formado por recursos linguísticos discursivos que organizam o conteúdo temático, por exemplo, o emprego da 3ª pessoa do discurso; de uma linguagem mais formal e objetiva, entre outros elementos.

Em decorrência desses preceitos, Marcuschi (2005) afirma que os gêneros não são e não podem ser confundidos como tipos textuais, uma vez que gênero textual é o texto materializado que encontramos no nosso dia a dia, constituído de características sócio-comunicativas, por propriedades discursivos e linguístico-discursivas. Já os tipos textuais são expressões que tratam de uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística, e existentes em número limitado, a saber: tipo de texto narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo/expositivo, injuntivos/instrucionais. (MARCUSCHI, 2005). No caso, a notícia e a reportagem são formadas, predominantemente, pelo tipo de texto expositivo.

De forma mais específica, o gênero discursivo/textual notícia é apresentado na próxima seção.

## **2. A definição do gênero notícia**

Historicamente, a notícia foi um gênero veiculado por diversos meios, sendo hoje a matéria prima do jornal impresso, digital, radiofonado e televisivo.

vo. Dentre os veículos mais primitivos, segundo Barbosa (2001), destaca-se “a transmissão boca a boca”, empregada fortemente ao longo da história. Barbosa (2001) explica que a notícia pode ter nascido pela satisfação que comumente os indivíduos de uma forma geral têm de relatar alguma novidade a alguém. Outro fator que colaborava para a disseminação das notícias transmitidas ainda boca a boca, nos primórdios, era o fato de poucas pessoas possuírem domínio da linguagem escrita.

Mas, a partir do século XIII, devido ao aumento da alfabetização, fenômeno atribuído a diversos fatores, como o aumento das atividades comerciais, elevação da população no perímetro urbano, e a fundação de universidades, por exemplo, a notícia passou a ser também veiculada pela modalidade escrita da língua, sendo registrada em *avvisi*, que eram manuscritos afixados em muros para relatar acontecimentos de interesse de um grupo de pessoas (BARBOSA, 2001). Tais manuscritos não tinham periodicidade fixa, como atualmente, vez ou outra um fato era noticiado à sociedade.

Com o advento da imprensa acontece um grande avanço para a humanidade, como pontua Barbosa (2001), e a possibilidade de reprodução de um mesmo texto num espaço de tempo reduzido, se comparado à reprodução manuscrita, contribuiu para que os acontecimentos pudessem ser repassados para as pessoas de forma mais frequente.

Porém, segundo Barbosa (2001), a imprensa não foi utilizada imediatamente após sua invenção. Conforme a autora, estudiosos da comunicação apontam que depois da invenção de Gutenberg, os jornais, que passaram a caracterizar-se como periódicos regulares, surgiram apenas um século e meio depois da divulgação do invento, datando de 1605, na Antuérpia (Países Baixos) e em 1609, em Brêmen (Alemanha). O conteúdo veiculado nos primeiros jornais era mais voltado às questões econômicas, foi aos poucos que os jornais interessados em questões políticas foram surgindo.

A população das cidades onde os periódicos veiculavam tornaram-se mais bem informadas, as notícias chegavam em um curto espaço de tempo, o que foi muito importante para a época, conforme Barbosa (2001). A veiculação de notícias possibilitava aos governantes, por exemplo, uma melhor divulgação de medidas e leis e na organização da convocação de soldados para uma guerra, por exemplo.

Para Barbosa (2001), na posse de seus próprios jornais, a aristocracia também conseguia ao eleger o que noticiar, e de que forma noticiar, influenciar as pessoas. E foi diante dessa possibilidade de além de relatar acontecimentos, formar opiniões, influenciar a sociedade, e, logo, na intenção de atrair leitores,

que o jornal foi se estruturando em seções de notícias, de textos de opinião, textos para prestação de serviços, etc., dando origem ao formato atual.

Assim, historicamente, a notícia é um dos diversos gêneros discursivos/textuais que circulam na esfera jornalística, um dos muitos com os quais nos deparamos em nosso cotidiano. Caracterizada também por abordar temas atuais e novos, nem toda novidade se torna notícia, porque conforme ensina Barbosa (2001, p.24), dentre os fatores que corroboram para que algo se torne notícia, está a relevância que o acontecimento tem para o povo ou para uma sociedade em questão. Porém, de acordo com Barbosa (2001), cabe ao jornalista ao criar o texto da matéria noticiosa mobilizar estratégias para provocar nos leitores/ouvintes sensações, curiosidades, indignações e opiniões a respeito dos acontecimentos trazidos pelo jornal. A boa articulação dessas estratégias é que garante a venda dos jornais, é o que provoca o interesse no leitor e o sentimento de estar sempre informado.

De acordo com Barbosa (2001), as notícias de maior apelo são as que despertam maior interesse no público, as que vendem mais jornais, o que promove o aumento da tiragem das edições impressas, dos acessos aos portais de notícias e a audiência de tele/radio jornais. Esse fator explica a “caça” à notícia pelas mídias (BARBOSA, 2001, p.41).

Quanto aos elementos que formam a construção composicional do gênero (BAKHTIN, 2003), considerando as notícias veiculados pela mídia impressa, eles podem ser sintetizados da seguinte forma: o jornal impresso tem um plano geral formado por: a) uma manchete (que em outros textos é denominada de título) -responsável por chamar a atenção do leitor para o fato noticiado na notícia propriamente dita; configura-se, geralmente, em letras em fonte maior do que a do corpo do texto, exatamente como uma estratégia: o leitor recorre primeiro a leitura das manchetes e então seleciona as notícias que mais interessam a ele; b) o olho da notícia: conforme Barbosa (2001), é uma parte da manchete, um subtítulo que apresenta-se destacado do corpo do texto, tendo função de continuar atraindo a atenção do leitor, detalhando um pouco mais o que será noticiado pelo texto; c) o texto propriamente dito que configura-se por um *lead*/lide: a construção de *lead* objetiva explicitar, logo no primeiro parágrafo do texto, de forma breve, o conteúdo temático da notícia; o *lead* leva a conhecimento do leitor respostas as seguintes questões: “‘quem?’, ‘fez o quê?’, ‘a quem’ (ou ‘o que aconteceu a quem?’), ‘onde?’, ‘como?’, ‘por quê?’ e ‘para quê?’” (BARBOSA, 2001, p. 73).

Barbosa (2001) explica que o emprego do *lead* sofreu influência do jornalismo americano, se concretizando no mundo todo devido à grande maioria

dos veículos de informação considerar que o público não dispõe de tempo para se dedicar à leitura de textos longos, detalhistas. Por vezes, apenas a leitura do lide já é suficiente para alguns leitores se considerarem informados.

Fundamental destacarmos diante de nosso objetivo de pesquisa que na mídia televisiva o gênero notícia sofre modificações estruturais, por exemplo, a não apresentação da manchete e do olho da notícia. Comumente, o jornalista realiza uma chamada das principais notícias do dia no início da edição e o telejornal vai ao longo de sua execução apresentando de forma linear as notícias, isto é, não há uma apresentação de uma manchete para cada uma das notícias; a manchete se estrutura quase que um sumário, no início do telejornal.

Quanto ao estilo que forma o gênero (BAKHTIN, 2003), destacamos a organização do tempo verbal do que é relatado. Para Barbosa (2001), pela necessidade da notícia em mostrar-se confiável, ou seja, fidedigna diante do fato ocorrido, e de mostrar-se também como de interesse de um grupo social, as flexões dos verbos são ferramentas importantes para o alcance dessas estratégias, pois diante de algo que já aconteceu, é preciso que a notícia não pareça antiga aos olhos de seus interlocutores. Assim, os verbos são empregados no modo indicativo, em predominância, e, principalmente, o tempo é o presente, com o uso do pretérito ou do futuro quando da necessidade de construção de pequenas narrativas ou detalhamentos explicativos.

A pessoa do discurso empregada no gênero é a 3ª pessoa, uma vez que se relata o que aconteceu com alguém, com algum lugar, em alguma situação. E, com vista à subsidiar a imparcialidade, não se emprega na notícia “palavras ou expressões de valor absoluto ou muito enfático” (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1996), tais como adjetivos, uma vez que esse recurso linguístico imprime subjetividade ao texto, ou seja, atribui caráter opinativo do autor.

Ainda ressaltando o princípio da imparcialidade, o Código de Ética do Jornalista Brasileiro (FENAJ, 2007) versa a respeito do compromisso dos meios de comunicação com o referido elemento. Em seu artigo 2º, Inciso I, o Código determina que “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores” (FENAJ, 2007). O Código traz ainda, em seu Artigo 7º, sobre o que é vetado ao jornalista: a incitação ao arbítrio, pois é compromisso do profissional a precisa apuração dos acontecimentos e a divulgação da informação de forma pura e objetiva. Portanto, é proibido que no exercício de sua profissão, o jornalista induza o seu interlocutor a um posicionamento crítico

que corresponda ao que o jornalista ou ao que a mídia pensa. Tal indução pode ocorrer, por exemplo, com o emprego de recursos linguísticos, como o uso de pronome da primeira pessoa do discurso e de adjetivos (FENAJ, 2007).

Conhecidas algumas das características da notícia, passamos a abordar o *Jornal da Globo* e o tratamento dispensado ao referido gênero

### **3. Em foco: o *Jornal da Globo***

O objetivo da presente pesquisa, como posto, é investigar se o telejornal *Jornal da Globo* pode ser considerado um noticiário dentro dos princípios da neutralidade e da fidedignidade aos fatos noticiados, após sua reformulação de 2015. Para alcançarmos nosso objetivo, coletamos, através de um programa gerenciador de download, o *Internet Download Manager*, diretamente do sítio do *Jornal da Globo*, hospedado no portal *globo.com*, oito edições na íntegra do jornal, colhidas semanalmente, em diferentes dias da semana, eleitas de forma aleatória, em um período de oito semanas. Entretanto, nossas análises se centraram em seis trechos das referidas edições, por considerarmos que esses trechos representam o jornal como um todo, ou seja, conseguem demonstrar o tratamento dispensado pelo telejornal à notícia.

Importante ainda explicar que as edições foram colhidas na íntegra, entretanto, apenas nos interessam pelos materiais noticiosos, sendo dispensados os conteúdos comentados, como por exemplo: comentários culturais, como a coluna de Renato Machado; comentários esportivos; a seção de artigo de opinião, assinada por Arnaldo Jabor; a coluna do comentarista de economia, assinada por Carlos Alberto Sardenberg; entre outros, deixando como objeto de análise, portanto, apenas o que pode ser considerado, em princípio, notícia, o que é realizado, em nossas gravações, pelo apresentador Willian Waack, o então âncora do *Jornal da Globo*.

No período das coletas, como fatos importantes do cenário político nacional, que é do que nos ocupamos em analisar nas matérias noticiadas, destacamos a repercussão das investigações da Operação Lava-Jato. Ocorria ainda, a abertura do processo de impeachment da então Presidente da República, a senhora Dilma Vana Rousseff. Tais acontecimentos receberam destaques por apresentarem-se elegíveis como conteúdo temático, ou seja, conforme Bakhtin (2003), temas que podem ser tratados em uma notícia, visto que são de interesse da sociedade e recentes. Segundo Barbosa (2001), é mesmo a relevância que o acontecimento tem para o povo ou sociedade em questão que define a seleção do fato a ser noticiado por uma mídia.

A seguir apresentamos uma síntese de cada um dos acontecimentos que foram notícia nos episódios coletados, a fim de que possamos conhecer os fatos e a partir deles analisar se o que foi relatado no Jornal pode ser considerado notícia.

Desenvolvida perante a Justiça Federal de Curitiba, a Operação Lava-Jato, inicialmente, investigou e processou quatro organizações lideradas por doleiros – operadores do mercado paralelo de câmbio – que usavam uma rede de postos de combustíveis e um lava-a-jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos, tendo depois o Ministério Público Federal recolhido provas de um esquema criminoso de corrupção que envolvia à Petrobras. Do esquema, investiga-se o pagamento de propina para altos executivos da Petrobras e para outros agentes públicos, pagamentos realizados por empreiteiras que se organizavam em cartel. Os valores das propinas, de acordo com as investigações, variavam entre 1 (um) e 5% (cinco por cento) do montante total dos contratos bilionários superfaturados; o suborno era distribuído por operadores financeiros do esquema, que incluíam doleiros investigados na fase inicial da operação.<sup>1</sup>

O processo de *impeachment* movido em desfavor da senhora Dilma Vana Rousseff teve início em dois de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, o senhor Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas, Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, que justificavam a instauração e tal procedimento tendo como alegações a prática das chamadas “pedaladas fiscais”, bem como a edição de decretos de abertura de crédito sem a devida autorização do Congresso, configurando, segundo os referidos juristas, crime de responsabilidade fiscal. Ademais, a acusação alegou que a suplementação aprovada pelos decretos chegava a mais de R\$ 95 bilhões de reais, contribuindo, assim, para o descumprimento da meta fiscal de 2015, por parte da então presidenta da república. Alegaram ainda que o governo estava ciente da irregularidade, uma vez que já havia pedido revisão da meta quando editou os decretos, sem ter realizado consulta ao Legislativo, como deveria ter sido feito antes da aprovação da nova meta. Ao fim de 273 dias, o caso encerrou-se, tendo como resultado a cassação do mandato da presidenta.<sup>2</sup>

A seguir transcrevemos partes das edições gravadas, selecionando alguns dos momentos do noticiário:

---

<sup>1</sup> Portal do Ministério Público Federal - Entenda o caso. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.br/ente-nda-o-caso>>. Acesso em 24 de fev. de 2017.

<sup>2</sup> Portal do Senado Federal - Notícias – *Impeachment* de Dilma Rousseff marca o ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em 01 de mar de 2017.

03 de dezembro de 2015

Boa noite! O Palácio do Planalto e o Presidente da Câmara dos Deputados, trocaram chumbo grosso, hoje, acusaram-se, mutuamente, de mentirosos. Já houve recursos ao Supremo Tribunal Federal para tentar bloquear o rito do impeachment, iniciado formalmente na Câmara com a leitura de uma pesada peça de acusação ao governo de Dilma Rousseff. Qual lado acha que sai ganhando se apressar o tramite todo, você acompanha aqui, no Jornal de Globo. [...].

No trecho acima, abertura da edição ou trecho classificado como chamada da notícia, observamos o emprego da expressão “chumbo grosso” que denota vários significados com valoração negativa do fato, por exemplo: ofensas pesadas, fortes acusações, xingamentos. Logo, a expressão pode ser interpretada como uma adjetivação, demonstrando opinião do jornalista ou da mídia a qual ele representa a respeito das acusações feitas pelos representantes da presidência da república e pelo presidente da câmara dos deputados. O mesmo ocorre no emprego pelo jornalista da expressão “pesada”, utilizada para qualificar de forma negativa à peça de acusação lida na Câmara contra a presidente. Há no emprego desses recursos linguísticos uma quebra da imparcialidade, já que a notícia tem como princípio o não emprego de adjetivos (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1996) (FENAJ, 2007), uma vez que esse recurso linguístico imprime subjetividade ao texto, ou seja, atribui caráter opinativo ao gênero.

Logo, a maneira como a chamada é construída pelo jornalista desconfigura o gênero, existe a quebra de uma das principais características da notícia: a imparcialidade.

Ainda na mesma edição de 03 de dezembro de 2015, na continuação do trecho supracitado, diz o jornalista:

Qual lado acha que sai ganhando se apressar o tramite todo? você acompanha aqui, no Jornal de Globo. [...].

No discurso, o jornalista esclarece ao telespectador que existem dois lados que se opõem, o lado que forma a base a favor do governo Dilma e outro que é contra, isso é um fato. Porém, a apresentação do questionamento sobre qual lado sairá ganhando expõe uma interpretação do jornalista (ou da mídia) de que ambos os lados têm interesses escusos com a situação posta. Organização discursiva que se configura como incitação ao arbítrio (FENAJ), outro fato que vai de encontro aos princípios de uma notícia.

Em trecho de uma outra edição, de 10 de dezembro de 2015:

Boa noite! O Brasil está próximo de ser rebaixado por mais duas agências de classificação de risco e perder o grau de investimento, isso dizem dez entre dez consultorias. O ministro da fazenda, o nosso [Ministro do Brasil], também, bastante realista, admitiu hoje que o provável rebaixamento reflete mesmo o que está acontecendo com a economia, mas, com foco e entendimento político, o Brasil se recupera, disse o ministro. No curto prazo, isso é bem pouco realista.

E você vai ver também: até quando vai esse abuso de paciência? O conselho de ética remarcou para terça-feira a votação de novo relatório sobre Eduardo Cunha [...].

O fato de o jornalista ter referenciado especialistas para relatar a possibilidade do Brasil ser rebaixado por instituições que gerenciam os aspectos mercadológicos e econômicos marca o texto como registro de fatos, que é característica estável do gênero notícia, conforme Barbosa (2001). Contudo, na sequência da fala, novamente, observamos o emprego de adjetivação quando do uso da expressão “bastante realista”, o que faz referência à fala do ministro da fazenda sobre a situação relatada. Apenas o fato deveria ser relatado, sem a presença da classificação pelo jornalista, de que a fala do ministro é “bastante realista”. Revela-se nessa estruturação da sintaxe um julgamento individual (do jornalista ou da mídia), um juízo de valor sobre a atitude do ministro diante da situação do país. Julgamento acentuado ainda mais pelo comentário: “No curto prazo, isso é bem pouco realista”. O jornalista se coloca nesse momento como um especialista econômico, fugindo do exercício de sua profissão, que requer apenas o compromisso de apurar e divulgar informações ao público telespectador. Logo, o trecho em questão, da maneira como é construído discursivo-linguisticamente é uma incitação ao arbítrio (FENAJ, 2007).

Ainda sobre o mesmo trecho de 10 de dezembro de 2015, ao anunciar: “você vai ver também, até quando vai esse abuso de paciência?” - fica ainda mais aparente que o jornalista induz o ouvinte a um posicionamento crítico, ao posicionamento de que a remarcação da votação é um abuso, é algo errado, um abuso. Novamente, atitude que vai de encontro à função social da notícia (FENAJ, 2007).

Novo trecho de uma outra edição, de 17 de dezembro de 2015:

Boa noite! O impeachment contra Dilma Rousseff voltou hoje à estaca zero, depois de uma série de decisões do Supremo Tribunal Federal, que deram grande satisfação ao governo. O peso principal do impeachment será agora do Senado,

onde o governo tem uma situação mais confortável do que na Câmara. Os Juizes do Supremo anularam o que a câmara fez até agora, mas, ao estabelecer o rito mataram uma frase, a de que impeachment é golpe. [...]

Ao classificar o contentamento do governo frente às decisões do STF, é possível perceber a contrariedade do âncora (ou da mídia) frente à situação, Waak afirmar que as decisões do supremo deram grande satisfação ao governo, o que é uma opinião individual do jornalista (ou da mídia) a respeito da situação. A notícia seria, por exemplo: as decisões do Supremo fizeram o processo de impeachment voltar ao ponto de início, o que beneficia o governo. Ao optar em fazer uso de expressões populares como: “estaca zero” e “grande satisfação” dão uma entonação pejorativa ao fato, enunciando o descontentamento do jornalista (ou da mídia).

Mais adiante, o âncora diz que: “ao estabelecer o rito mataram uma frase, a de que impeachment é golpe”. Neste trecho, evidencia-se também a parcialidade do âncora (ou da mídia), uma vez que este lança um juízo de valor ao sinalizar um posicionamento frente às discussões a respeito da legitimidade ou não do processo de impeachment.

Na continuação da mesma edição, de 17 de dezembro de 2015, relata o jornalista:

O Supremo Tribunal Federal deu um novo fôlego ao governo e desagradou a oposição ao decidir, hoje, sobre o rito do processo de impeachment, processo já aceito na câmara dos deputados. Vamos aos pontos principais da votação dos 11 ministros, em plenário, do STF. Nós selecionamos o que é relevante para que você comece esta edição, já informado do que aconteceu. O senado pode reverter uma decisão da Câmara, por exemplo, a favor do impeachment? Sim! Outro item importante, nas decisões, hoje, uma comissão, como foi formada na câmara, com alternados, não a comissão indicada pelos líderes, pode? O Supremo disse, não! Mais um item importante na votação hoje, o voto para a escolha da comissão especial do impeachment, poderia ser secreto como foi? Não! E o quarto ponto que nós destacamos para vocês se refere ao pedido, por parte do governo, da presidente ter a possibilidade de defesa prévia, não era o mais relevante, mas, a esse item, o Supremo disse, não! Vamos, ao vivo, à Brasília com a repórter Giovana Teles [...] Giovana, um dos aspectos centrais, que a gente destacou, foi o Supremo ter conferido maior poder ao Senado, é uma votação muito relevante até para o que vai acontecer no Congresso, daqui pra frente [...]

Ao pontuar que a equipe do jornal selecionou o que seria relevante, o princípio da neutralidade e fidedignidade aos fatos é rompida. Considerando

que, segundo a FENAJ (2007), é dever dos meios de comunicação a correta e precisa divulgação da informação, desconsiderando natureza jurídica e linha política de qualquer membro do corpo editorial, bem como seus proprietários, o telespectador deveria ter o relato do que ocorreu na referida votação e então construir opinião própria, não ser induzido a refletir sobre o que o jornal considera como o mais importante ou relevante.

A seguir, um trecho da edição de 23 de dezembro de 2015:

Ainda bem que o Presidente do Banco Central do Brasil não é Papai Noel, ele não ia ter presente para distribuir no Natal deste ano. Já pensou o bom velhinho dizendo: “Pessoal, a recessão deste ano é pra valer, a do ano que vem, também!”. É o que o banco central disse hoje. É possível até, que invés de distribuir algum, ele pedisse algum, diante da queda de arrecadação do governo. E você vai ver também....

[...] Números do Banco Central confirmaram hoje, que a economia brasileira está em forte recessão e que o ano começa com a inflação rodando próxima ali dos onze por cento, a meta oficial, esquecida há anos, é de quatro e meio. [suspiro] E diante dessa grave recessão da economia brasileira, a arrecadação do governo federal em novembro, foi a pior, para o mês de novembro, desde 2008, isso complica ainda mais o esforço de equilíbrio fiscal. Vamos aos números, que vocês tenham ideias vocês mesmos, são números oficiais, novembro, essa foi a arrecadação [aponta o telão], é uma queda real de dezessete, em relação à novembro do ano passado. No acumulado, vamos ao próximo quadro, no período, o acumulado deste ano, tivemos uma queda real de cinco vírgula sete por cento. A crise aguda nos hospitais, levou o governador do Rio a decretar estado de emergência na saúde pública. A medida deve facilitar a liberação de recursos [segue à reportagem].

[...] Uma reunião, formal, entre o presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, para tratar do rito do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, terminou, agora a tarde, com pouco progresso, lá em Brasília. A Câmara quer entrar com recurso no STF para esclarecer dúvidas que, segundo o Presidente do Supremo, essas dúvidas não existem. [ar de riso] Vamos então à Brasília, com a repórter Giovanna Teles. Giovanna, boa noite. O Presidente do STF, ele quis que a imprensa acompanhasse essa reunião formal, dele com o Eduardo Cunha, isto não é corriqueiro, não é normal, é o quê, sinal de desconfiança?

Dessa edição decidimos por focar mais nas marcas da linguagem não-verbal empregadas pelo jornalista. O que verificamos foi a presença de marcações gestuais que sinalizam posicionamento de Waak (ou da mídia) frente aos fatos relatados, como, por exemplo, a execução de um suspiro (aos 03 minutos e 31 segundos da edição em questão). Ao trazer os informes sobre a recessão

que o país enfrenta, o âncora pontua a desaprovação frente ao que acabara de ser enunciado, o que durante a enunciação da notícia caracteriza a emissão de juízo de valor, configurando, então, um desvio do estilo do gênero (BAKHTIN, 2003), e contrariando as regulamentações da FENAJ (2007).

Seguindo nossas análises, trazemos um recorte da edição do Jornal do dia 07 de março de 2017, que apresenta os mesmos desvios apontados nos recortes das edições de 2015, o que interpretamos como uma concretização da configuração que o Jornal passou a ter a partir de 2015.

Boa noite! Agora os números são oficiais, o Brasil está confirmado, está na pior recessão da história. Isso significa mais pobreza, mais desemprego, menos esperança. É o resultado da extraordinária incompetência dos governos dos últimos treze anos, nenhum outro país importante foi tão mal na economia como o Brasil. Um desastre inédito como esse não veio apenas de burrice, desmandos e roubalheira, vem por se acreditar em ideias erradas. [...]”. “[...] O IBGE confirmou hoje o pior desastre econômico da história do Brasil, a recessão mais profunda e o período mais longo de mau desempenho da economia, resultado de anos de políticas governamentais erradas e incompetentes. Os números principais, divulgados pelo IBGE, estão aqui para que vocês mesmos possam conferir. O PIB, a fonte IBGE, nós acompanhamos desde 2018, vocês veem ano-a-ano qual foi a evolução, nunca tivemos na história dois anos seguidos com quedas tão brutais como essas que vocês acabaram de ver. O que torna a situação um pouco mais preocupante ainda é o fato de que todos os setores, sem exceção, tiveram queda no seu desempenho, e o mais preocupante de todos, vocês já conferiram os setores clássicos da economia, é constatar que o investimento está diminuindo, e sem investimento país nenhum é capaz de crescer. Quando o país vai sair do buraco onde foi jogado pelos últimos governos, vai demorar, dizem especialistas. O atual governo vem se esforçando em dizer que esse retrato passado não é necessariamente uma condenação do futuro [...].

Desconsiderando a função social do gênero, o jornalista emprega um tom explicitamente crítico e tendencioso ao que devia apenas ser o relato puro e preciso dos fatos (FENAJ, 2007). Podemos observar tal desvio pelo emprego de expressões que denotam juízo de valor ao enunciado, como, por exemplo: “incompetência”; “desastre” (duas ocorrências); “burrice”; “desmandos”; “roubalheira”, dentre outros. Estas expressões, marcação de uma linguagem popular, em uma modalidade da língua bastante informal, qualificam de forma negativa os acontecimentos noticiados, fugindo do estilo que caracteriza o gênero (BAKHTIN, 2003) que não admite o uso de adjetivos (MANUAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1996) (FENAJ, 2007). O ancora

lança ainda um questionamento ao seu interlocutor: “Quando o país vai sair do buraco onde foi jogado pelos últimos governos”, conduzindo, deste modo, o telespectador a assimilar que a culpa da recessão é dos governos anteriores, principalmente após a utilização de adjetivos em seu texto, que evidencia o posicionamento do jornalista (ou da mídia que ele representa).

### Considerações finais

Ao compararmos os elementos que compõem o gênero textual notícia no que se refere principalmente ao estilo do gênero, conforme estudos de Barbosa (2001) e as prescrições do *Manual da redação da Folha de S. Paulo* (1996) e da FENAJ (2007), analisamos alguns trechos de diferentes edições do telejornal *Jornal da Globo*, a fim de compreender se a referida mídia pode ser considerada um noticiário dentro dos princípios da neutralidade e da fidedignidade aos fatos noticiados. Os resultados demonstram que o telejornal apresenta desconfigurações na apresentação do gênero notícia, com o emprego de adjetivação e incitação a construções de opiniões pelo telespectador que se configuram a partir da ideologia do jornalista ou da mídia em questão: da Rede Globo.

Dessa forma, nossa interpretação é que o *Jornal da Globo* não pode ser classificado como um noticiário, cabe a ele uma nova classificação.

### Referências

- <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo\_de\_etica\_dos\_jornalistas\_brasileiros-1.pdf> Acesso em: 10-03-2017.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BARBOSA, Jaqueline Peixoto. Notícia (Coleção trabalhando com os gêneros do discurso: relatar). São Paulo: FTD, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013.
- COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

- FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros – (em vigor). 2007– Disponível em:
- MANUAL DE REDAÇÃO – FOLHA DE S. PAULO – 1996 Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_redacao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm). Acesso em: 01-02-2016.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al. (org.) Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.

Recebido em 2 de dezembro de 2017.

Aceito em 26 de março de 2018.